

■ OPINIÃO



FIF BMC Curto Prazo

Condições políticas da estabilização econômica

Bolívar Lamounier *



ça a ser vista como “direito adquirido”: isto é, como um valor que não produz unidades adicionais de apoio político a quem o produziu. Amplia-se, assim, o espaço para outras reivindicações — como o aumento do emprego e dos gastos sociais, em tese perfeitamente legítimas — só que antes da completa eliminação da inércia inflacionária, da indispensável elevação da poupança doméstica, da remoção de importantes gargalos de infra-estrutura, etc.

Outra dificuldade é que um ajuste fiscal efetivo requer redução ou pelo menos vigoroso remanejamento no funcionalismo público. A situação de penúria em que se encontra a maioria dos governos estaduais e a sofrida tramitação da reforma administrativa no Congresso mostram claramente a dificuldade dessa mudança. Muitos imaginam que isso se resolve facilmente com “vontade” e “firmeza”. Esquecem-se de que a alteração do arcabouço jurídico precisa ser feita com cautela, e que a racionalização

administrativa do Estado ficou aquém do esperado mesmo sob os governos militares — não obstante as altas taxas de crescimento daquele período, que facilitavam a absorção de excedentes pelo setor privado, e, naturalmente, a forte concentração do poder nas mãos dos presidentes da República.

Essa observação leva-me ao terceiro e último ponto. De tempos

em tempos, cresce a sensação de um impasse subjacente, e esta estimula a suposição simplista de que as referidas dificuldades políticas poderiam ser desatadas mediante uma concentração ainda maior de poderes no Executivo, ou mediante alguma fórmula draconiana de fidelidade partidária. Ocorre que já existe em nosso sistema institucional um forte desequilíbrio a favor do Executivo, que detém amplíssima iniciativa legislativa, inclusive por meio das chamadas “medidas provisórias”. O que o atrela não é a suposta escassez de prerrogativas, e sim o fato de que os prin-

cipais obstáculos à reforma econômica e fiscal acham-se minudentemente inscritos na Constituição, que requer 60% dos votos de cada Casa para ser alterada. A fidelidade partidária pode ser aconselhável por outras razões, mas não é solução para esse problema. Como o maior de nossos partidos tem apenas 20% das cadeiras, o governo há de ser necessariamente de coalizão, com diversos partidos. Como cobrar fidelidade de cada partido a seu respectivo programa, se o governo de coalizão tem como pressuposto justamente o contrário: a convergência de vários em torno de um programa que não é de nenhum deles, e sim do presidente?

O que falta, realmente, é um mecanismo constitucional que permita ao presidente estratificar as questões: isto é, distinguir as menos das mais essenciais e cobrar, com alguma possibilidade de sanção, o engajamento de todo o Legislativo (ou dos partidos que formam a sua base parlamentar) na aprovação daquelas que considere indispensáveis e urgentes. Não por acaso, muitos estudiosos da matéria vêem na combinação entre regime

presidencial e multipartidarismo o pior dos mundos. Sendo presidencial o regime, o mecanismo constitucional a que me refiro não pode ser instituído, visto que os poderes Executivo e Legislativo são, por definição, rigidamente separados. Com forte dispersão entre as correntes partidárias, é improvável que uma delas se torne majoritária, e menos provável ainda que essa dificuldade possa ser resolvida mediante algum mecanismo razoável de fidelidade partidária.

Eis o paradoxo: apesar dos imensos recursos que teoricamente controla, de sua presença muito maior nos meios de comunicação, de seu concei-

to junto ao cidadão comum — muito melhor que o do Legislativo —, e até mesmo da prerrogativa de editar medidas provisórias, é apesar também da vigorosa valorização popular da estabilidade monetária, o Executivo corre o risco de debilitar-se justamente quando lhe cabe enfrentar a etapa mais difícil, que é a das reformas estruturais.

* Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp e associado da MCM Consultores.

A situação argentina ilustra claramente o problema político subjacente aos planos de estabilização da América Latina

A situação argentina ilustra claramente o problema político subjacente aos planos de estabilização ora em curso na América Latina. De um lado, o forte apoio popular inicialmente recebido pelos líderes e partidos que os deflagraram. De outro, a evidência de que esse apoio, mesmo não desaparecendo por completo, tende a declinar à medida que eles empreendem reformas estruturais indispensáveis à consolidação da estabilidade e à retomada do crescimento em bases sustentáveis, mas muito complexas, ou tradicionalmente tidas como impopulares.

Ao contrário do que ocorria no passado, quando planos de controle da inflação costumavam morrer no nascedouro, hoje o impacto inicial desses esforços é politicamente irresistível. No Brasil, o Real levou Fernando Henrique a uma vitória fácil na eleição de 1994; na Argentina, Menem conseguiu até a antes impensável alteração da Constituição para poder reeleger-se; no Peru, Fujimori reeleger-se e mantém acuados os partidos tradicionais; no México,

apesar das graves complicações da campanha eleitoral, Zedillo também se elegeu e o PRI (Partido Revolucionário Institucional) conseguiu assegurar por mais algum tempo um predomínio de seis décadas.

Esse enorme impacto inicial tem uma explicação claríssima: nos anos 80, a armadilha da estagnação com inflação — em sociedades já muito mais urbanas que rurais — conferiu inusitado vigor à demanda popular por mudanças profundas. No entanto, entre derrubar a inflação descontrolada e consolidar efetivamente a estabilidade, vai uma longa distância. Interesses corporativos, conjunturas eleitorais, insegurança frente ao desemprego, entre outros fatores, conspiram para trazer de volta certa complacência com a inflação.

Os problemas que podem surgir, no caso brasileiro, parecem-me ser basicamente três. Primeiro, o “descasamento” entre o controle da inflação e a produção dos demais benefícios que a sociedade espera. Após dois ou três anos, a estabilidade monetária vai deixando de ser novidade; continua valiosa, sem dúvida, mas come-